

Concurso Público para provimento dos cargos efetivos do Município de Senador Canedo-GO

CONCURSO PÚBLICO

FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

CADERNO DE QUESTÕES 14/06/2026

DISCIPLINA	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Raciocínio Lógico-Matemático	11 a 15
Noções de Informática	16 a 20
Legislação aplicada ao Setor Público	21 a 30
Conhecimentos Específicos do Cargo	31 a 50
Prova Discursiva	-

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado do seu CARTÃO-RESPOSTA, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Dias nublados guardam o sol atrás deles.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha e prova discursiva. Cada questão de múltipla escolha apresenta quatro alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta. A prova discursiva é composta por 1 (uma) questão sobre o conteúdo programático previsto para os conhecimentos específicos do cargo e deverá ser respondida em, no máximo, 30 (trinta) linhas.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o fiscal de sala.
4. Preencha, integralmente, um alvéolo por questão, utilizando caneta de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente. O(A) candidato(a) que marcar o cartão-resposta com rasura ou fizer mais de uma marcação por questão, ainda que legível, ou não preencher o campo de marcação corretamente ou não marcar a questão no cartão-resposta, terá pontuação 0,0 (zero) na questão.

LÍNGUA PORTUGUESA**Questões de 01 a 10**

Leia o **Texto 1** para responder às questões de **01 a 03**.

Texto 1**Receita**

ingredientes
2 conflitos de gerações
4 esperanças perdidas
3 litros de sangue fervido
5 sonhos eróticos
2 canções dos beatles

modo de preparar

dissolva os sonhos eróticos
nos dois litros de sangue fervido
e deixe gelar seu coração.

leve a mistura ao fogo,
adicionando dois conflitos
de gerações às esperanças perdidas.

corte tudo em pedacinhos
e repita com as canções dos
beatles o mesmo processo usado
com os sonhos eróticos, mas desta
vez deixe ferver um pouco mais e
mexa até dissolver.

parte do sangue pode ser
substituído por suco de
groselha, mas os resultados
não serão os mesmos.

sirva o poema simples
ou com ilusões.

BEHR, Nicolas. Receita. In: 50 POEMAS de revolta. São Paulo: *Companhia das Letras*, 2017. p. 73-74.

QUESTÃO 01

O poema utiliza a forma de uma receita culinária – com lista de ingredientes, modo de preparo e verbos de comando – como base para sua elaboração estética. Considerando essa configuração formal, essa escolha

- (A) preserva as convenções do gênero receita, mantendo finalidade instrucional voltada à execução prática do preparo descrito.
- (B) transpõe convenções do gênero receita para um formato predominantemente descritivo, priorizando a caracterização de estados afetivos.
- (C) retoma convenções do gênero receita e as transforma em recurso expressivo, combinando instruções simuladas a conteúdos metafóricos.
- (D) afasta-se das convenções do gênero receita, empregando sua aparência estrutural sem estabelecer relação funcional com esse modelo.

QUESTÃO 02

No poema, a combinação de elementos como sangue fervido, sonhos eróticos e esperanças perdidas integra metaforicamente o preparo descrito no texto. Considerando a relação entre esses componentes simbólicos e a construção da cena poética, essa reunião contribui para

- (A) indicar procedimentos operacionais voltados à conversão literal de emoções em substâncias manipuláveis conforme a lógica do preparo culinário.
- (B) compor uma representação condensada de experiências afetivas e culturais, que funcionam como matéria figurativa do processo criativo sugerido.
- (C) estabelecer uma hierarquia temática segundo a qual sentimentos dolorosos constituem a única origem legítima da produção poética.
- (D) apresentar um modelo prescritivo de criação literária baseado em parâmetros biográficos que poderiam ser generalizados como regra.

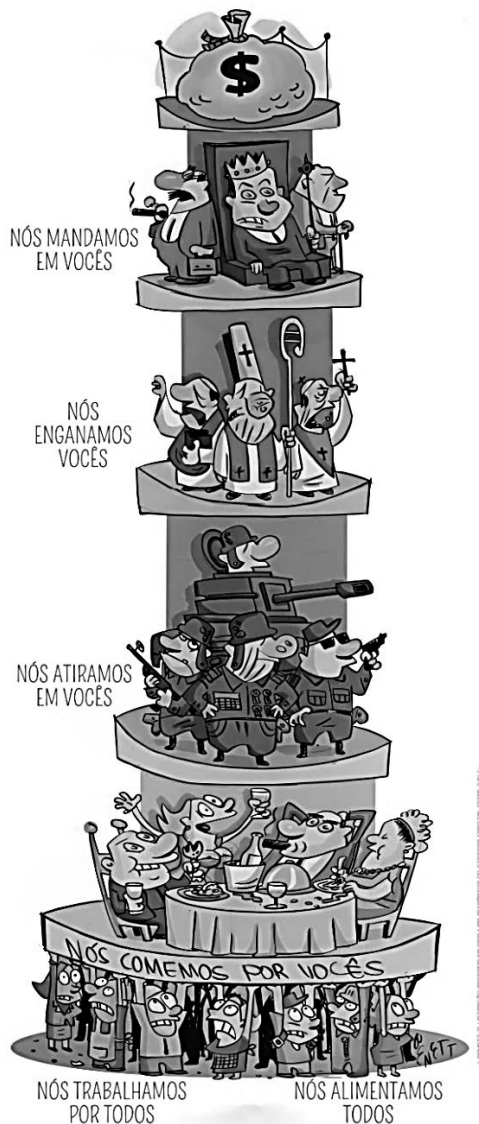
QUESTÃO 03

No poema, a lista de ingredientes combina elementos concretos e simbólicos, como “2 conflitos de gerações”, “5 sonhos eróticos” e “2 canções dos Beatles”, compondo um inventário que aproxima referências culturais da estrutura típica de receitas. Considerando os fatores de textualidade envolvidos, a referência às canções dos Beatles relaciona-se à

- (A) intencionalidade, ao sugerir que a presença das canções atende à expectativa de que textos poéticos apresentem conteúdos temáticos reconhecíveis pelo leitor.
- (B) informatividade, ao indicar que a menção aos Beatles atualiza o conteúdo do poema com a novidade de dados referentes a práticas culturais contemporâneas amplamente difundidas.
- (C) situacionalidade, ao evidenciar que o uso das canções deriva do contexto simbólico representado no poema com a simulação de situações efetivas de preparo culinário.
- (D) intertextualidade, ao integrar repertório artístico externo que passa a funcionar como componente da elaboração metafórica da receita.

QUESTÃO 04

Leia o texto a seguir.



BENNET. Pirâmide do mundo capitalista. In: SEABRA, Luciana. O absurdo da desigualdade social. *Economia Clara*, 4 out. 2010.

Na charge apresentada, repete-se a estrutura verbal em primeira pessoa do plural: “nós mandamos”, “nós enganamos”, “nós atiramos”, “nós comemos”, “nós trabalhamos” e “nós alimentamos”. Essa escolha formal opera como mecanismo de produção de sentido ao

- (A) gerar ambiguidade quanto aos limites entre as classes representadas, dificultando a distinção entre sujeitos beneficiados e sujeitos explorados.
- (B) acionar pressuposto de coletividade homogênea, sugerindo que todos os grupos envolvidos compartilham funções equivalentes na manutenção da ordem social.
- (C) mobilizar o plural verbal para produzir contraste inferencial entre segmentos dominantes e segmentos subalternizados na estrutura social retratada.
- (D) conferir neutralidade enunciativa ao discurso, minimizando a força crítica ao evitar identificação explícita dos agentes socioeconômicos.

Leia o **Texto 2** para responder às questões de **05 a 07**.

Texto 2

O velho (sei que eu não deveria falar “velho”, não é politicamente correto, deveria falar “o cidadão da terceira idade” ou o “idoso”; mas o da minha estória era um “velho” mesmo...), pois o velho, após 50 anos de ausência, voltava pela primeira vez ao sítio onde passara sua infância. Visitava as matas, os caminhos, o riachinho. Quantas vezes o saltara com um pulo! E resolveu fazer o que sempre fizera: pulou... e caiu no meio. Assentado na água ele comentou: “E não é que o danado do riachinho nesses anos todos alargou e eu não havia notado?”.

Aconteceu coisa parecida comigo, não com um riachinho, mas com um bujão de gás. Quantas vezes levantei um bujão de gás com u’a mão só. E foi o que fiz, corrijo-me, foi o que tentei fazer. Não realizei a proeza porque, no momento mesmo em que peguei o bujão, uma mordida no nervo da minha coluna me obrigou a largá-lo no chão. E lá fui eu, gemendo e andando como um caranguejo. Aí, como o velho, esse velho que lhes escreve, lamenta que os bujões tenham dobrado de peso sem que eu tenha sido avisado. Daí pra frente tem sido dor, tudo por causa do maldito bujão.

Já passei por várias experiências de dor. Hérnia de disco. Um ortopedista me disse que só opera hérnia de disco quando o sofredor está a ponto de cometer suicídio. Tudo, menos dor. Cálculo renal. No hospital aplicaram-me seis ampolas de Buscopan. Foi igual a água. Aí eu estava verde e comecei a vomitar de dor. O médico então disse à enfermeira: “Aplique uma Dolantina nele...” Ela aplicou. Não se passaram nem cinco minutos. Eu estava no Paraíso. Senti, então, a felicidade indescritível que não depende de prazer algum. Bastava não ter dor. Sem dor o universo é maravilhoso.

ALVES, Rubem. A dor. *Folha de S. Paulo*, 21 mar. 2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2103200611.htm>. Acesso em: 28 nov. 2025. [Adaptado].

QUESTÃO 05

No primeiro parágrafo da crônica, o texto apresenta informações sobre um personagem, seus deslocamentos e suas percepções ao revisitar um ambiente conhecido. Considerando a tipologia textual predominante nesse trecho, o parágrafo

- (A) privilegia um conjunto de caracterizações de espaços e impressões sensoriais, que servem de base para um quadro predominantemente descritivo.
- (B) desenvolve uma sequência centrada em ações encadeadas no tempo, que orientam a progressão do episódio relatado.
- (C) articula reflexões sobre escolhas linguísticas e julgamentos do narrador, configurando uma organização fundada em apreciações de natureza argumentativa.
- (D) organiza-se pela presença de enunciados diretos e intervenções de personagem, constituindo uma estrutura que se apoia na dinâmica da interlocução.

QUESTÃO 06

Na crônica, o narrador relata dois episódios. O efeito de humor resulta do modo como esses episódios são articulados. Considerando os mecanismos de sequenciação textual, tal efeito decorre principalmente

- (A) da variação lexical em torno dos elementos centrais de cada episódio, que intensifica o contraste entre intenção e resultado ao destacar avaliações expressivas do narrador.
- (B) do uso de conectores explicativos, que articulam os dois episódios e os transformam em justificativas diretas para refletir sobre os limites físicos da velhice.
- (C) do emprego de referência ambígua, que mistura as ações do velho e do narrador, apagando a distinção entre os dois e causando estranhamento cômico.
- (D) do paralelismo entre as duas narrativas, que repete o padrão de ação falha e cria uma referência cruzada para destacar a mudança nas condições do presente.

QUESTÃO 07

Ao relatar experiências intensas de dor e alívio, o narrador utiliza as expressões “o sofrimento está a ponto de cometer suicídio” e “Eu estava no Paraíso”, que ampliam semanticamente a percepção dos eventos narrados. Considerando os efeitos de sentido produzidos no texto, essas formulações

- (A) recorrem à hipérbole, ao intensificar a gravidade da dor, e à metáfora, ao representar o alívio extremo por meio de uma imagem simbólica.
- (B) mobilizam ironia, ao sugerir contraste crítico do sofrimento com a reação narrada, e a comparação, ao aproximar o alívio de uma experiência idealizada.
- (C) utilizam metonímia, ao substituir a dor por ações associadas a ela, e sinestesia, ao articular sensações físicas e espirituais em um mesmo enunciado.
- (D) empregam paradoxo, ao reunir ideias aparentemente contraditórias relacionadas à morte e à dor, e catacrese, ao empregar expressão que cristaliza um sentido figurado.

Leia o **Texto 3** para responder às questões **08** e **09**.

Texto 3

É bem-vinda a lei que institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos de todos os Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. O projeto estabelece que a gestão pública deve obedecer a determinadas técnicas de linguagem em textos dirigidos aos cidadãos, como redigir frases curtas em ordem direta e trocar termos técnicos e jargões por sinônimos. Também não é permitido usar novas formas de flexão de gênero contrárias a normas gramaticais. Esta última regra despertou controvérsia por se referir à chamada linguagem neutra, que propõe mudanças na língua para incluir pessoas que não se identificam com o gênero feminino ou masculino – o pronome “todos” vira “todes”, adjetivos como “bonito” e “bonita” viram “bonite” ou “bonitx”, e, além de “ele” e “ela”, acrescenta-se o “elu”. Por óbvio, línguas não são imutáveis, mas alterações ocorrem de forma gradual, e é a partir do uso popular generalizado que elas são incorporadas aos dicionários. Ademais, mudanças na concordância entre as palavras – uma das consequências do gênero neutro em línguas latinas, como o português – são raras. Há um movimento em prol de maior entendimento entre Estado e sociedade. Facilitar o acesso a direitos e deveres passa necessariamente por facilitar a comunicação.

FOLHA DE S. PAULO. *Editorial*: o que a Folha pensa – Estado precisa falar a língua da população. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaao/2025/11/estado-precisa-falar-a-lingua-da-populacao.shtml>. Acesso em: 2 dez. 2025. [Adaptado].

QUESTÃO 08

O Texto 3 é um editorial que acompanha a discussão sobre diretrizes legais e critérios de redação aplicados à comunicação estatal. Conforme a interpretação apresentada pelo editorial, a nova legislação, no que se refere ao uso de “formas de flexão de gênero” em textos oficiais, estabelece que

- (A) textos produzidos pela administração pública devem contemplar variações sociolinguísticas amplamente observadas, ainda que não integrem a gramática padronizada.
- (B) documentos oficiais devem adotar as flexões reconhecidas pelas normas gramaticais em vigor, evitando formas inovadoras que ainda não se integraram ao padrão exigido pelo Estado.
- (C) comunicações institucionais devem incorporar flexões alternativas associadas a demandas identitárias contemporâneas, considerando que essas formas circulam em determinados grupos sociais.
- (D) órgãos públicos devem recorrer a soluções de neutralidade linguística como forma de uniformizar a comunicação, tomando como referência práticas emergentes de uso social.

QUESTÃO 09

O editorial trata de aspectos gerais do funcionamento das línguas ao discutir a relação entre mudanças linguísticas e práticas normativas. A passagem “línguas não são imutáveis, mas alterações ocorrem de forma gradual” mobiliza um tipo de argumentação que

- (A) sugere a existência de levantamentos quantitativos que medem a velocidade de transformação das estruturas linguísticas, ainda que tais dados não sejam explicitamente mencionados no texto.
- (B) recorre a uma relação entre causa e efeito ao pressupor que modificações morfológicas adotadas por grupos específicos acarretariam mudanças obrigatórias nos sistemas normativos.
- (C) constrói uma projeção interpretativa que toma alterações possíveis nas línguas como cenários especulativos para transformações futuras em regras gramaticais.
- (D) apresenta um princípio de natureza descritiva sobre a dinâmica de funcionamento das línguas, utilizado para respaldar a ideia de que certas mudanças não se incorporam de modo imediato ao uso institucional.

QUESTÃO 10

Leia o texto a seguir.

A publicidade apresenta uma colher prateada sobre um fundo escuro. No canto superior esquerdo, há o logotipo do GDF (Governo do Distrito Federal) e o texto 'Secretaria de Segurança Pública'. O texto principal da campanha diz: 'A MELHOR ARMA CONTRA O FEMINICÍDIO É A COLHER'. Abaixo, o hashtag '#MetaColher' e a chamada para ação 'DENUNCIE!' com o telefone '197' e o número '180'. No canto inferior direito, há uma pequena verticalização de texto: 'Foto: Camila Torres do Monitoramento de Notícias e Femicídios do SPDF'.

Disponível em: <https://www.iguatamaagora.com.br/noticia/828/metaacolher-campanha-de-prevencao-ao-feminicidio>. Acesso em: 30 nov. 2025.

Na peça publicitária, o enunciado “A melhor arma contra o feminicídio é a colher” aparece acompanhado da imagem de uma colher metálica em destaque. A formulação retoma e transforma um ditado amplamente difundido na cultura brasileira, produzindo um efeito de sentido que

- (A) reforça, por meio de citação literal, a concepção tradicional de que conflitos domésticos devem permanecer restritos ao âmbito privado.
- (B) neutraliza o valor simbólico da expressão proverbial ao reinterpretá-la como instrução objetiva de uso de objetos domésticos como instrumentos de autodefesa.
- (C) subverte ironicamente a lógica do provérbio original ao converter a ideia de não intervenção em incentivo explícito ao acolhimento e à denúncia da violência.
- (D) reitera o sentido literal do ditado ao associar a “colher” à passividade diante de situações de ameaça no ambiente familiar.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO**Questões de 11 a 15****QUESTÃO 11**

O Banco Central do Brasil decretou a liquidação extrajudicial de um banco que vendia títulos de crédito falsos. Essa instituição emitia um título falso com a promessa de pagar 40%, de juros simples ao ano, acima da taxa básica, que era de 15% ao ano. Um cliente comprou desse título falso no valor de R\$ 250.000,00. Após um ano, o Fundo Garantidor de Créditos irá devolver o valor aplicado, mas sem correções. Qual a diferença, em real, entre o valor prometido de juros nessa fraude e o valor dos juros se tivesse aplicado em outro banco a Juros Simples de 15% ao ano, nesse período?

- (A) 37.500.
- (B) 100.000.
- (C) 112.500.
- (D) 137.500.

QUESTÃO 12

Ao calcular a média ponderada das notas de três provas de Matemática, com pesos 1; 2 e 3 respectivamente, o estudante calculou corretamente o numerador, mas erroneamente dividiu por 3, obtendo o valor 10,0. Sabendo que a nota da segunda prova foi 6,0 e a da terceira foi 5,0, qual o valor da primeira nota (N1) e qual a média ponderada correta?

- (A) N1 = 3,0; média ponderada = 5,0.
 (B) N1 = 4,0; média ponderada = 5,5.
 (C) N1 = 5,0; média ponderada = 5,0.
 (D) N1 = 6,0; média ponderada = 5,5.

QUESTÃO 13

Uma pessoa esqueceu a sua senha para acesso a um jogo. A senha tem 4 dígitos, e cada dígito é um número de 0 a 9. Após tentar descobrir a senha, ele reuniu as seguintes informações:

- 2579: apenas três desses dígitos estão presentes na senha, já na posição correta;
- 1389: nenhum desses dígitos está presente na senha;
- 0267: apenas dois dígitos estão presentes na senha, mas ambos estão em posições erradas da senha.

Qual é a senha correta?

- (A) 0 5 7 4.
 (B) 2 4 5 7.
 (C) 2 5 7 0.
 (D) 2 5 7 4.

QUESTÃO 14

Um detetive recebe as seguintes premissas compostas A e B, sobre 3 estudantes (p, q, r) e precisa deduzir quem usou IA para fazer um trabalho escolar:

$$A = (p \vee q) \wedge r \text{ e } B = \sim(q \rightarrow \sim r)$$

Usando lógica de proposições, ele consegue argumentar e solucionar mais um caso, concluindo, com certeza, que a proposição composta verdadeira é

- (A) $\sim p \vee \sim q \vee \sim r$
 (B) $p \wedge q \wedge \sim r$
 (C) $p \wedge q \wedge r$
 (D) $\sim p \vee q \wedge r$

QUESTÃO 15

Sejam os 3 conjuntos:

$$A = \{n \in \mathbb{N} \mid 75 \leq n \leq 100\}, B = \{n \in \mathbb{N} \mid n = 5k, k \in \mathbb{N}\} \text{ e } C = \{n \in \mathbb{N} \mid n \text{ é divisível por } 10\}.$$

Quantos elementos tem o conjunto obtido pela diferença $(A \cap B) \setminus (A \cap C)$?

- (A) 1.
 (B) 2.
 (C) 3.
 (D) 6.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA
Questões de 16 a 20**QUESTÃO 16**

No LibreOffice Writer versão 26.2.1, os atalhos de teclado são utilizados para agilizar a edição e formatação de textos. Considere que o símbolo “+” denota a combinação de teclas pressionadas simultaneamente. Para sublinhar um texto selecionado, a combinação a ser utilizada é

- (A) Ctrl + B.
 (B) Ctrl+ I.
 (C) Ctrl + U.
 (D) Ctrl + S.

QUESTÃO 17

No navegador Google Chrome – Versão 142.0.7444.176 (Versão oficial) 64 bits operado em ambiente Windows, os atalhos de teclado são amplamente utilizados para tornar a navegação mais rápida e eficiente. Considere que o símbolo “+” denota a combinação de teclas pressionadas simultaneamente. Para abrir uma nova aba, a combinação a ser utilizada é

- (A) Ctrl + N.
 (B) Ctrl + W.
 (C) Ctrl + T.
 (D) Ctrl + Shift + N.

QUESTÃO 18

No Google Drive, ao compartilhar um arquivo com a permissão de visualização, o usuário destinatário terá acesso ao conteúdo conforme os limites definidos por esse tipo de permissão. Nesse contexto, o destinatário poderá

- (A) acessar o arquivo para leitura e realizar alterações por meio de sugestões.
- (B) visualizar o conteúdo do arquivo, podendo ou não efetuar o download, conforme as restrições definidas pelo proprietário.
- (C) editar diretamente o arquivo, desde que possua conta Google vinculada ao domínio do proprietário.
- (D) alterar permissões de acesso apenas para outros usuários convidados posteriormente.

QUESTÃO 19

Considere que o símbolo de soma denota combinação de teclas. No Windows 11, além do atalho Alt + Tab, que exibe uma visualização com todos os aplicativos abertos, existe um atalho que permite alternar diretamente entre janelas abertas, sem exibir essa visualização de seleção. Esse atalho é

- (A) Ctrl + Tab.
- (B) Ctrl + Alt + Del.
- (C) Win + Tab.
- (D) Alt + Esc.

QUESTÃO 20

No LibreOffice Calc Versão 7.6.5.2, as células contíguas A1 a A4 estão populadas respectivamente com os seguintes valores: 4, 5, 12, e -3. A fórmula que ocasiona o valor -42 é a

- (A) =SOMA(A1:A4)*-2.
- (B) =SOMA(A1:A3)*4.
- (C) =SOMA(A1:A3)*-2.
- (D) =SOMA(A1:A4)*-4.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO SETOR PÚBLICO**Questões de 21 a 30****QUESTÃO 21**

Nos termos expressos na Constituição Federal, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deve obedecer, entre outros, aos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, eficiência e da

- (A) supremacia do interesse público.
- (B) razoabilidade.
- (C) impessoalidade.
- (D) continuidade do serviço público.

QUESTÃO 22

Um servidor público toma decisão legal, mas que gera reprovação social por contrariar valores compartilhados pela comunidade. Considerando distinções entre ética e moral, a situação evidencia que a moral

- (A) possui o mesmo conteúdo da ética, em que pese a esfera moral estar relacionada à legalidade.
- (B) relaciona-se a valores culturais e sociais, enquanto a ética envolve reflexão racional sobre o modo correto de agir.
- (C) determina-se pelos princípios filosóficos, ao passo que a ética decorre de costumes locais e saberes populares.
- (D) vincula decisões legais, pois a moralidade administrativa corresponde à moral social e à cultura local.

QUESTÃO 23

Um servidor municipal fiscaliza estabelecimentos e determina a interdição temporária de espaço por risco sanitário, sem intervenção judicial. A atuação corresponde ao

- (A) poder hierárquico.
- (B) poder disciplinar.
- (C) poder regulamentar.
- (D) poder de polícia.

QUESTÃO 24

Após o planejamento da contratação, ocorre a etapa de verificação da habilitação das licitantes e de exame das propostas, culminando com o julgamento. Essa fase corresponde à fase de

- (A) execução contratual.
- (B) seleção do fornecedor.
- (C) recursos.
- (D) gestão orçamentária.

QUESTÃO 25

Servidor utiliza bens e serviços públicos para construir muro de sua chácara. À luz dos arts. 9º e 10 da Lei nº 8.429/1992, a conduta caracteriza

- (A) irregularidade, seja por dolo ou culpa, sem repercussão na Lei de Improbidade.
- (B) improbidade por dano ao erário, independente de dolo.
- (C) improbidade por enriquecimento ilícito, com necessidade de demonstração de dolo.
- (D) irregularidade por violação abstrata de princípios, independente de dolo.

QUESTÃO 26

Considerando o sistema orçamentário brasileiro, a Lei de Diretrizes Orçamentárias

- (A) orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, estimando receitas e despesas anuais.
- (B) tem sua elaboração orientada pela Lei Orçamentária Anual, definindo a política de gastos públicos.
- (C) tem sua elaboração orientada pela Lei Orçamentária Anual, estabelecendo o orçamento fiscal e da seguridade.
- (D) orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, estabelecendo metas e prioridades da Administração.

QUESTÃO 27

Ao receber pedido de acesso a informações de interesse geral, considerando a Lei nº 12.527/2011, o órgão público, por meio do servidor responsável,

- (A) deve responder em até vinte dias para indicar agenda de consulta, sendo o prazo improrrogável.
- (B) pode apresentar esclarecimento complementar em até trinta dias após análise inicial.
- (C) deve conceder acesso imediato ou responder em até vinte dias, com possível prorrogação por dez dias mediante justificativa.
- (D) pode encaminhar o pedido a outra entidade em até vinte dias, que terá até 10 dias, mediante justificativa, para responder.

QUESTÃO 28

Para garantir a proteção de dados sob o seu domínio, o poder público

- (A) deve tratar dados pessoais para fins de interesse público, com base em competências legais, indicar finalidades, hipóteses de tratamento e encarregado, e compartilhar dados com particulares nos casos estritamente previstos na LGPD.
- (B) deve exigir, para o tratamento de dados pessoais, em todas as hipóteses, consentimento expresso do titular, ainda que a administração atue para cumprir competências legais, executar políticas públicas ou compartilhar dados em razão de convênios específicos.
- (C) pode transferir livremente bancos de dados completos a entidades privadas, desde que mencione cláusula genérica de cooperação em instrumento contratual, sem necessidade de finalidade delimitada ou de publicidade prévia do compartilhamento realizado.
- (D) deve seguir as regras estabelecidas na LGPD para o tratamento de dados pessoais, exceto no caso de empresas públicas e sociedades de economia mista que atuam em regime de concorrência, por seguirem o regime jurídico próprio das empresas privadas.

QUESTÃO 29

A Lei nº 1.488/2010 estabelece que o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo passa por etapa inicial de desempenho funcional, cujo prazo, requisitos avaliativos e efeitos estão definidos no texto legal. De acordo com essa disciplina normativa, o estágio probatório tem duração de

- (A) dois anos, aplicável também aos ocupantes de cargos em comissão, exigindo, nesse caso, a comprovação de presença ao serviço e entrega das declarações funcionais iniciais.
- (B) dois anos, contados da posse, sendo avaliado pelo chefe imediato quanto à assiduidade e ao cumprimento das rotinas administrativas.
- (C) três anos, calculado desde a nomeação, sendo a análise baseada na produtividade individual e no resultado das metas funcionais.
- (D) três anos, contados do início do exercício, com avaliação por comissão quanto à idoneidade moral, assiduidade, pontualidade, disciplina, aptidão e eficiência.

QUESTÃO 30

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Senador Canedo, no tocante aos direitos e vantagens assegurados aos servidores públicos municipais, a jornada de trabalho normal do servidor

- (A) pode alcançar até oito horas diárias, desde que não ultrapasse as quarenta e quatro horas semanais.
- (B) pode alcançar até oito horas diárias, desde que não ultrapasse as quarenta horas semanais.
- (C) impõe remuneração do serviço extraordinário quando excedida, que deve corresponder ao mesmo valor da hora normal, acrescido de 100%.
- (D) impõe remuneração do serviço ordinário quando excedida, que deve corresponder ao mesmo valor da hora normal, acrescido de 100%.

RASCUNHO

QUESTÃO 31

Leia o caso a seguir.

Durante análise da legislação que afeta a gestão fiscal do município, verificou-se a publicação de uma lei estadual que altera a base legal do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). A referida norma, de iniciativa parlamentar, concede isenção do IPTU, por prazo indeterminado, a empresas de base tecnológica que se instalarem no território de a partir de 01/01/2026. O diploma justifica a medida como estratégia de fomento ao polo tecnológico estadual.

À luz do Sistema Tributário Nacional e do Pacto Federativo estabelecido na Constituição Federal de 1988, o parecer técnico deve concluir que a referida lei é

- (A) inconstitucional, uma vez que a Constituição veda a concessão de isenção heterônoma.
- (B) constitucional, tendo em vista a competência estadual concorrente para legislar sobre direito tributário.
- (C) inconstitucional, por vício de legalidade estrita, visto que isenções não admitem o prazo indeterminado.
- (D) constitucional, desde que a renúncia de receita seja compensada por transferência financeira do Estado.

QUESTÃO 32

Leia o caso a seguir.

O Código Tributário de determinado município instituiu a Taxa de Conservação de Vias e Logradouros (TCVL), de cobrança anual. O diploma legal estabelece que a base de cálculo do tributo será o valor venal do imóvel do contribuinte. A gestão tributária solicitou a emissão de um parecer técnico sobre a validade da exação frente a um questionamento administrativo.

Diante das normas do Sistema Tributário Nacional e da jurisprudência sumulada dos tribunais superiores, conclui-se que a referida taxa é

- (A) constitucional, pois a conservação de logradouros é serviço público divisível, custeado por taxa municipal.
- (B) constitucional, desde que a arrecadação seja aplicada na manutenção das vias, conforme a afetação.
- (C) inconstitucional, pois taxas destinam-se apenas ao poder de polícia, e não à prestação de serviços.
- (D) inconstitucional, pois a base de cálculo utilizada é própria de imposto, o que é vedado para taxas.

QUESTÃO 33

Leia o caso a seguir.

Um Fiscal de Tributos de determinado município autua a empresa T. F. A. Ltda. por débitos do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), também conhecido como ISS. Após a inscrição em dívida ativa, a sociedade encerra suas atividades de forma irregular, sem reservar bens para a quitação do passivo. A Procuradoria Municipal solicita subsídios para o redirecionamento da cobrança aos sócios.

Com base no Código Tributário Nacional e na jurisprudência pacificada do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a responsabilização pessoal do sócio-gerente será admitida se restar comprovado que ele

- (A) detinha a maioria do capital social, o que o torna o principal responsável pelas obrigações da pessoa jurídica.
- (B) praticou atos com infração à lei, como ocorre na hipótese de dissolução irregular da sociedade empresária.
- (C) exercia a gerência no fato gerador, sendo o inadimplemento suficiente para caracterizar a sua responsabilidade.
- (D) deixou de pagar o tributo no vencimento, pois o mero atraso já configura infração passível de redirecionamento.

QUESTÃO 34

Leia o caso a seguir.

A Cia V. P. G. S.A adquire 18% das ações votantes da Cia P. W. A. S.A. Embora a participação seja menor que a de outros acionistas, um acordo entre estes garante à Cia investidora o direito de indicar dois membros para a diretoria executiva e participação ativa na definição das políticas estratégicas da investida. Na data da aquisição, o investimento foi registrado por R \$ 400.000,00, valor correspondente à fração do Patrimônio Líquido (PL) adquirido. Ao final do exercício, a Cia P. W. A. S.A reportou:

- Lucro Líquido do Exercício à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO): R\$ 300.000,00.
- Dividendos Declarados e não pagos: R\$ 100.000,00.
- Ganho em Outros Resultados Abrangentes (Ajustes de Avaliação Patrimonial AAP): R\$ 50.000,00.

Considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade e o princípio da Primazia da Essência sobre a Forma, o Auditor Fiscal deve concluir que o valor que afeta a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) da Cia V. P. G. S.A e o Valor Contábil Final do ativo são, respectivamente:

- (A) R\$ 18.000,00 e R\$ 418.000,00.
- (B) R\$ 54.000,00 e R\$ 463.000,00.
- (C) R\$ 72.000,00 e R\$ 454.000,00.
- (D) R\$ 54.000,00 e R\$ 445.000,00.

QUESTÃO 35

Leia o caso a seguir.

Em procedimento de auditoria no Balanço Patrimonial de determinado município, referente ao exercício findo de 2025, foram apurados os seguintes saldos no Passivo Financeiro e Permanente (valores em reais):

Depósitos de Terceiros (Cauções e Retenções): R\$ 50.000,00
Restos a Pagar Processados (Inscritos em Exercícios Anteriores): R\$ 85.000,00
Restos a Pagar Processados (Inscritos no Exercício Atual): R\$ 25.000,00
Restos a Pagar Não Processados (Em Liquidação): R\$ 45.000,00
Restos a Pagar Não Processados (A Liquidar): R\$ 35.000,00
Restos a Pagar Não Processados (Empenhos Anulados/Cancelados): R\$ 65.000,00
Operações de Crédito por Antecipação de Receita (ARO): R\$ 200.000,00
Operações de Crédito Internas (Longo Prazo/Contratual): R\$ 500.000,00

Considerando a classificação da dívida pública estabelecida no Lei nº 4.320/1964, que segrega o passivo em Dívida Flutuante e Dívida Fundada, e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Serviço Público, o montante exato que compõe a Dívida Flutuante do município é:

- (A) R\$ 505.000,00.
- (B) R\$ 440.000,00.
- (C) R\$ 240.000,00.
- (D) R\$ 195.000,00.

QUESTÃO 36

Leia o caso a seguir.

No último ano de seu mandato (2024), o Prefeito de determinado município contratou uma obra de pavimentação asfáltica no valor de R\$ 10 milhões. O empenho ocorreu em setembro, contudo, a maior parte do desembolso financeiro foi projetada para o exercício de 2025, sob nova gestão, sem que houvesse a reserva suficiente de disponibilidade de caixa para cobrir o compromisso.

Com base nas normas de finanças públicas e no regime de responsabilidade na gestão fiscal, tal conduta viola a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), pois

- (A) a norma veda contrair novas despesas nos últimos dois quadrimestres ainda que sejam integralmente liquidadas no mesmo exercício.
- (B) a despesa exigiria autorização legislativa prévia e específica para a sua regular inscrição em restos a pagar.
- (C) o empenho violou a anualidade, ao transferir obrigações financeiras para a gestão subsequente sem o lastro orçamentário.
- (D) a despesa possui parcelas futuras sem que haja a reserva de disponibilidade de caixa suficiente para o seu pagamento.

QUESTÃO 37

Leia o caso a seguir.

No processo de análise dos lançamentos contábeis da empresa S. E. F. Ltda., o contador identifica que a empresa possui um ativo não circulante de R\$ 500.000,00 e adquiriu uma licença de uso de software de *Enterprise Resource Planning* (ERP) pelo valor de R\$ 200.000,00, com vigência contratual de 60 meses. Constatou-se que o contribuinte realizou o reconhecimento integral do montante como despesa operacional no ano da aquisição, levando a resultado negativo no período.

À luz das Normas Brasileiras de Contabilidade e da Lei nº 6.404/76, o tratamento adequado e o fundamento que se aplicam ao caso são de que

- (A) o software com vida útil definida deve ser reconhecido no Ativo Não Circulante (Intangível), sujeitando-se à amortização sistemática pelo prazo da licença, em observância ao regime de competência.
- (B) o gasto representa uma despesa antecipada (Ativo Circulante/Não Circulante), devendo ser apropriado linearmente como custo de serviço no período de licença de uso, não compondo o Ativo Imobilizado por se tratar de direito de uso.
- (C) o item deve ser classificado no Ativo Imobilizado, visto que o software é indispensável ao funcionamento operacional da empresa, sujeitando-se à depreciação anual de 20%, conforme tabelas de vida útil da Receita Federal.
- (D) o valor total deve ser mantido no resultado como despesa operacional, devendo o contribuinte apenas realizar o teste de recuperabilidade (impairment) ao final do exercício para validar a permanência do gasto no fluxo de caixa.

QUESTÃO 38

Leia o caso a seguir.

No encerramento do mês de janeiro de 2026, a contabilidade de determinado município selecionou dois eventos distintos para fins de análise de seus efeitos na Situação Patrimonial Líquida:

- O reconhecimento do direito a receber relativo ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do exercício, mediante o lançamento do tributo.
- O reconhecimento da depreciação mensal dos veículos utilizados na fiscalização tributária.

Considerando estritamente as disposições das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), especificamente a estrutura conceitual e as normas de receitas e ativos, o impacto desses eventos na Situação Patrimonial Líquida da entidade deve ser evidenciado como

- (A) aumento do Patrimônio Líquido (PL) decorrente de receita de transação sem contraprestação, pelo fato gerador do imposto; e Diminuição do PL decorrente do consumo de benefícios econômicos ou potencial de serviços do ativo, independente da execução orçamentária.
- (B) aumento do Patrimônio Líquido (PL) derivado de uma transação com contraprestação direta, visto que o IPTU financia serviços públicos; e Manutenção do PL, pois a depreciação representa a atualização dos valores econômicos do ativo imobilizado e a conta redutora, sem afetar o resultado.
- (C) aumento do Patrimônio Líquido (PL) condicionado à efetiva arrecadação financeira, em respeito ao princípio da prudência; e Diminuição do PL pela avaliação patrimonial do valor econômico do ativo, para que a depreciação ajuste o valor do ativo pela sua capacidade econômica de serviços.
- (D) manutenção do Patrimônio Líquido (PL) no primeiro evento, tratado como fato permutativo até o ingresso do caixa; e, no segundo, Diminuição do PL pelo reconhecimento de despesa de capital representando o desgaste do veículo ao longo do tempo para fins de apuração da situação patrimonial.

QUESTÃO 39

Leia o caso a seguir.

Verificando as demonstrações contábeis de determinado município, um servidor público do setor de análises técnicas da prefeitura se depara com o reconhecimento contábil de um terreno incorporado ao patrimônio municipal no exercício de 2024, recebido em doação de uma entidade privada para a construção de um hospital. Aprofundando a sua pesquisa, o servidor verifica que o bem foi mensurado pelo valor justo na data da incorporação e que o evento não possui natureza orçamentária, não integrando a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Com base nas diretrizes das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a natureza da variação patrimonial e o seu reflexo na situação líquida da entidade devem ser definidos como

- (A) uma Variação Patrimonial Aumentativa de natureza orçamentária decorrente de receita de capital, visto que o ingresso de bens imóveis exige o reconhecimento orçamentário concomitante para fins de apuração do resultado patrimonial do exercício.
- (B) uma Variação Patrimonial Qualitativa, considerando que a incorporação do imóvel representa uma mutação patrimonial que altera a composição do ativo permanente sem modificar o valor da situação líquida da entidade.
- (C) uma Variação Patrimonial Diminutiva, em razão do reconhecimento de despesa de capital antecipada, gerando um passivo de manutenção que impactará negativamente o resultado patrimonial acumulado no exercício futuro.
- (D) uma Variação Patrimonial Aumentativa independente da execução orçamentária, pois o recebimento de ativos por doação eleva o patrimônio líquido e resultado patrimonial do exercício da entidade pública sem que ocorra o trânsito pelo fluxo orçamentário.

QUESTÃO 40

A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026 de um município dispõe sobre a previsão de receitas e fixação de despesas, incluindo, ainda, autorização para contratação de operações de crédito até o limite de 10% da receita corrente líquida e a revogação expressa de normas que regem o plano de carreira dos servidores da saúde. À luz da disciplina constitucional e dos princípios orçamentários, a validade de tais dispositivos é questionada pois

- (A) a autorização para operações de crédito fere o princípio da Unidade, visto que estas devem ser objeto de lei específica de crédito adicional ou suplementar.
- (B) a inclusão de receitas de operações de crédito desrespeita o princípio da Universalidade, que exige a segregação absoluta entre receitas tributárias e de capital.
- (C) a autorização para crédito fere o princípio da Não Afetação, uma vez que a Constituição veda a vinculação de receita de impostos a operações de crédito.
- (D) a revogação do plano de carreira viola o princípio da Exclusividade, pois a LOA não deve conter matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa.

QUESTÃO 41

Leia o caso a seguir.

Durante a verificação da execução orçamentária de um município, um servidor público do setor de análises técnicas da prefeitura identifica o empenho destinado à aquisição de 02 servidores de rede de alta performance, de elevado valor unitário, para o centro de processamento de dados da prefeitura. O setor de contabilidade reconheceu o gasto integralmente como Despesa Corrente, alocando-o no grupo de Outras Despesas Correntes.

Ao avaliar a adequação do lançamento contábil conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e a Lei nº 4.320/1964, conclui-se que o reconhecimento deve ser

- (A) mantido, pois equipamentos de informática, devido à volatilidade tecnológica e necessidade de substituição periódica, são apropriados como despesas de custeio.
- (B) corrigido, pois a aquisição de bens que não se destinam à venda e que possuem vida útil econômica superior a um exercício deve ser reconhecida como Inversão Financeira.
- (C) corrigido, pois a aquisição de servidores de rede possui natureza de despesas de capital/investimentos, por se tratar de material permanente e necessário para os serviços públicos.
- (D) mantido, desde que o montante total da operação não ultrapasse os limites fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias para a dispensa de inventário patrimonial.

QUESTÃO 42

Leia o caso a seguir.

Uma construtora, ao celebrar contrato de obra pública com um município, realiza o depósito de R\$ 200.000,00 em pecúnia como garantia contratual (caução). Após a execução integral do objeto, o ente público efetua a restituição do montante à empresa.

Sob o enfoque contábil e orçamentário, a natureza do ingresso e do desembolso da caução caracteriza-se como

- (A) Receita Orçamentária e Despesa Orçamentária, respectivamente, integrando o superávit financeiro do exercício para fins de abertura de créditos adicionais.
- (B) Variação Patrimonial Aumentativa e Diminutiva, sucessivamente, uma vez que o trânsito financeiro modifica a situação líquida patrimonial no momento do registro.
- (C) Ingresso Extraorçamentário e Dispêndio Extraorçamentário, respectivamente, por se tratar de recursos de terceiros que transitam temporariamente pelo caixa municipal.
- (D) Receita de Capital, em função da entrada de ativos, e Despesa Corrente, no momento da devolução, observando-se o regime de caixa para ambos os eventos.

QUESTÃO 43

A Emenda Constitucional nº 132/2023 (Reforma Tributária) instituiu o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência subnacional, que substituirá o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Uma das alterações estruturais mais profundas é a migração da tributação do princípio da origem para o princípio do destino. Considerando um município que se caracteriza como um polo de prestação de serviços (setor de logística e tecnologia da informação) para tomadores localizados em diversos pontos do território nacional, o impacto direto dessa transição no fluxo de receitas próprias será

- (A) a redução potencial da base tributária própria, uma vez que o produto da arrecadação sobre os serviços prestados a terceiros passará a pertencer ao ente federativo de destino onde ocorre o consumo.
- (B) a elevação imediata da receita disponível, visto que o IBS municipal passará a incidir sobre a importação de bens e serviços de outros estados a partir do exercício de 2026.
- (C) a neutralidade arrecadatária absoluta, garantida pela criação de um fundo de compensação cujas transferências constitucionais são imunes a flutuações econômicas e possuem prazo indeterminado para equilibrar as perdas de arrecadação.
- (D) o incremento da arrecadação local via autonomia municipal para fixar alíquotas diferenciadas por setor econômico, permitindo que o ente recomponha a arrecadação onerando serviços de tecnologia para compensar perdas da tributação no destino.

QUESTÃO 44

Leia o caso a seguir.

A sociedade empresária "P. S.A.", após adquirir todas as cotas da "Cia Y. Ltda.", decide torná-la sua subsidiária integral realizando aumento de capital social, mediante a conferência de um imóvel urbano avaliado em R\$ 2.000.000,00. Sabe-se que o objeto social da subsidiária adquirente e sua atividade efetivamente exercida há mais de 20 anos consistem, de forma exclusiva, na exploração de locação e compra e venda de bens imóveis próprios.

Ao analisar o pedido de reconhecimento de imunidade do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) sobre a operação, conclui-se pelo(a)

- (A) deferimento do pedido, em razão de que a imunidade constitucional incondicionada está prevista para a transmissão de bens incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, independentemente do objeto social da adquirente.
- (B) rejeição do pedido, uma vez que a Constituição Federal de 1988 afasta o benefício da imunidade quando a atividade preponderante da empresa adquirente consiste na exploração de negócios imobiliários.
- (C) deferimento do pedido no momento da transmissão, devendo o ente tributante manter o lançamento sob condição suspensiva até o transcurso do prazo trienal para a verificação da receita operacional da empresa.
- (D) rejeição do pedido, sob o fundamento de que a transmissão de bens imóveis para integralizar capital em subsidiária integral configura, por presunção legal, planejamento tributário abusivo.

QUESTÃO 45

Leia o caso a seguir.

Em sede de Execução Fiscal ajuizada por um município para a cobrança de crédito tributário no valor de R\$ 50.000,00 (principal R\$ 20.000,00 multa e juros de R\$ 30.000,00) a empresa executada nomeia à penhora um veículo automotor registrado em sua contabilidade pelo valor residual de R\$ 55.000,00. Contudo, a avaliação oficial apura que o valor de mercado do referido bem é de R\$ 20.000,00. No curso do processo, o Fisco identifica a existência de diversificado maquinário industrial de propriedade da devedora, sendo que apenas um dos equipamentos está avaliado em R\$ 80.000,00 e sua constrição isolada não compromete as atividades operacionais da empresa.

Diante da situação apresentada, a orientação jurídica e sua fundamentação a ser recomendada para a Fazenda Municipal é

- (A) aceitar a nomeação do veículo, em observância ao princípio da menor onerosidade para o devedor (garantia do principal da dívida), ficando a Fazenda impedida de requerer a substituição ou o reforço da penhora até a tentativa de alienação judicial do bem.
- (B) recusar o bem indicado e pleitear a penhora do equipamento industrial ou outro bem, visto que a Fazenda não é obrigada a aceitar bens insuficientes para a garantia integral do débito ou que não respeitem a ordem legal de preferência.
- (C) requerer a penhora sobre o faturamento da empresa, sob o argumento de que máquinas industriais, mesmo quando excedentes, são absolutamente impenhoráveis por serem utilidades necessárias ao exercício da atividade industrial.
- (D) considerar a garantia válida e, ato contínuo, requerer o início do processo de liquidação e a respectiva venda do veículo dado, assegurando o pagamento de pelo menos o principal da dívida com a conversão do ativo em dinheiro liquidando o débito.

QUESTÃO 46

Leia o caso a seguir.

No exercício de 2026, a Secretaria de Fazenda de um município, ao realizar análise georreferenciada e cruzamento de dados, identifica que um imóvel de alto padrão vem sendo tributado há dez anos exclusivamente sobre a área do terreno. Consta que a edificação de 500 m² já constava averbada no Registro de Imóveis e integrada ao banco de dados cadastral da prefeitura desde 2014. Contudo, por falha na integração entre o sistema cadastral e o módulo de arrecadação, o fisco nunca processou a atualização da tipologia do imóvel, emitindo lançamentos anuais como "terreno baldio". Diante da descoberta, a autoridade tributária efetua a revisão de ofício dos últimos cinco anos, lançando a diferença do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Sob a ótica do Código Tributário Nacional (CTN) e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a referida conduta é

- (A) válida, uma vez que o descumprimento do dever acessório de comunicação da edificação pelo contribuinte autoriza a revisão de ofício por erro de fato, prevalecendo o dever de fiscalizar sobre a disponibilidade prévia de dados em outros órgãos.
- (B) inválida, pois o acesso prévio da autoridade administrativa aos dados averbados impede a caracterização de erro de fato, configurando o lançamento original como ato administrativo perfeito, imutável por iniciativa unilateral da Fazenda.
- (C) válida, uma vez que a retificação de dados cadastrais não processados por falha operacional ou erro de comunicação constitui erro de fato, permitindo a revisão do lançamento de ofício enquanto não extinto o direito pela decadência.
- (D) inválida, pois a desídia do fisco em processar informações já presentes em seus sistemas caracteriza mudança de critério jurídico, hipótese em que a revisão é vedada pelo princípio da proteção à confiança e pela irretroatividade da nova interpretação.

QUESTÃO 47

Leia o caso a seguir.

Durante a apreciação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) um determinado município para o exercício de 2026, a Comissão de Finanças da Câmara Municipal apresentou uma emenda supressiva visando retirar do texto dois artigos: o primeiro, que autorizava o Poder Executivo a abrir créditos suplementares até o limite de 20% da despesa fixada; e o segundo, que autorizava a realização de operações de crédito por Antecipação de Receita Orçamentária (ARO). A justificativa da emenda parlamentar foi de que tais dispositivos ferem o Princípio da Exclusividade, uma vez que a Lei Orçamentária Anual (LOA) deve se restringir à previsão de receitas e à fixação de despesas, não podendo conter "matérias estranhas" ou delegações de poder.

Diante desse cenário e à luz da Constituição Federal de 1988 e da Lei nº 4.320/1964, a análise técnica sobre a validade dos dispositivos originais e o teor da emenda conclui que

- (A) a emenda parlamentar é juridicamente correta, pois a autorização para ARO possui natureza financeira e extraorçamentária, devendo ser objeto de lei específica, sob pena de ferir a vedação de "caudas orçamentárias" na LOA.
- (B) os dispositivos originais são constitucionais, pois a autorização para abertura de créditos suplementares e para contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, constituem as únicas exceções expressas ao Princípio da Exclusividade.
- (C) a autorização para créditos suplementares é válida, contudo, a cláusula referente à ARO fere o Princípio do Equilíbrio Orçamentário, pois permite o endividamento do ente público mesmo quando as receitas e despesas previstas já se encontram equalizadas no orçamento.
- (D) a manutenção dos artigos no texto da lei configura delegação legislativa indevida, pois a abertura de créditos adicionais exige, invariavelmente, a aprovação de lei específica para cada alteração orçamentária durante a execução do exercício.

QUESTÃO 48

Leia o caso a seguir.

Em fiscalização na empresa "A. C. Ltda.", o Fiscal de Tributos Municipais detecta que o contribuinte utilizou fraude em seus livros obrigatórios para suprimir o pagamento de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), configurando, em tese, o crime de fraude à fiscalização tributária previsto no art. 1º, inciso II, da Lei nº 8.137/1990. Após a lavratura do auto de infração, o contribuinte instaura processo administrativo fiscal para contestar a base de cálculo apurada.

Diante desse cenário, para a persecução penal do contribuinte, o fiscal deve

- (A) encaminhar a Representação Fiscal para Fins Penais (RFFP) imediatamente após o flagrante, sob pena de responsabilidade funcional por permitir a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva.
- (B) representar o contribuinte de plano, visto que a fraude documental é crime de natureza formal, consumando-se no momento da omissão do registro contábil, independentemente do resultado da arrecadação.
- (C) oferecer ao contribuinte a possibilidade de pagamento integral antes da denúncia ministerial, única fase processual que admite a extinção da punibilidade pelo adimplemento da obrigação tributária.
- (D) sobrestar o encaminhamento da Representação Fiscal para Fins Penais até o exaurimento da esfera administrativa, uma vez que o lançamento definitivo é condição necessária para a tipificação do crime.

QUESTÃO 49

Leia o caso a seguir.

A empresa "G. I. M. Ltda." foi autuada pelo fisco do município de seu domicílio tributário no valor de R\$ 250.000,00. Inconformada, a contribuinte protocolizou impugnação administrativa tempestiva, sem realizar o depósito do montante integral ou indicar bens em garantia, cumprindo todos os demais requisitos formais da legislação local do processo administrativo tributário. Enquanto o litígio pende de julgamento administrativo em primeira instância, a empresa necessita comprovar sua regularidade fiscal para participar de uma licitação pública.

Diante da pendência de julgamento e da inexistência de depósito ou garantias, à luz do Código Tributário Nacional (CTN) e da jurisprudência, a situação da exigibilidade do crédito e a emissão do documento hábil a ser expedido são:

- (A) a exigibilidade é mantida, visto que a suspensão da cobrança sem a garantia é vedada, restando ao sujeito passivo a obtenção de Certidão Positiva de Débitos (CPD) demonstrando a situação irregular do contribuinte, ainda que obste seus interesses.
- (B) a exigibilidade deve sanada de ofício pela autoridade coatora, o que autoriza a emissão de Certidão Negativa de Débitos (CND) em caráter provisório até a decisão final, contando-se o prazo prescricional pela metade a partir do julgamento.
- (C) a exigibilidade é suspensa, independentemente de garantia, o que assegura ao contribuinte o direito à Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (CPEN), dotada da mesma eficácia jurídica da certidão negativa.
- (D) a exigibilidade é interrompida, mas a expedição de prova de regularidade fiscal fica condicionada, neste caso, ao arrolamento de bens ou depósito recursal, emitindo-se Certidão Positiva de Débitos (CPD) com ressalva de suspensão.

QUESTÃO 50

Leia o caso a seguir.

O sistema de controle interno da Controladoria-Geral de um município, ao auditar a Secretaria de Obras do exercício anterior, detectou o fracionamento de despesas para a contratação sucessiva de serviços de manutenção asfáltica. Diversos contratos foram firmados com a mesma empresa, todos com valores limítrofes ao teto de dispensa de licitação, visando evitar o procedimento licitatório regular.

À luz das competências constitucionais dos controles internos e externos e do regime jurídico administrativo, conclui-se que a função exercida pela Controladoria-Geral do município foi a de

- (A) comprovar a legalidade e avaliar os resultados da gestão, sendo que os atos, por estarem eivados de vício de ilegalidade, devem ser objeto de anulação pela própria Administração no exercício do seu poder de autotutela.
- (B) controlar a legitimidade dos atos sob o prisma corretivo, sendo que os ajustes devem ser necessariamente convalidados, uma vez que o princípio da eficiência dos serviços prevalece sobre o da estrita legalidade na manutenção de vias.
- (C) auxiliar o Poder Legislativo no controle da eficácia, sendo que os atos praticados possuem natureza discricionária, o que impede a anulação pelo Poder Executivo e submete a matéria apenas à corte de contas.
- (D) fiscalizar a gestão de modo preventivo, sendo que as irregularidades, embora existentes, tornam-se plenamente eficazes pois a assinatura dos contratos ocorreu em período anterior ao da auditoria realizada pelo órgão.

PROVA DISCURSIVA

Questão 01

Leia o caso a seguir.

Uma entidade comercial em Senador Canedo iniciou o exercício com um ativo de R\$ 800.000,00 e um patrimônio líquido de R\$ 300.000,00. Durante o período, realizou as seguintes operações: 1) aquisição de mercadorias para estoque no valor de R\$ 100.000,00, sendo 40% à vista e o restante a prazo; 2) venda de metade desse estoque por R\$ 120.000,00, recebendo 50% no ato e o saldo para 60 dias; e 3) reconhecimento de despesas de aluguel vencidas e não pagas no valor de R\$ 10.000,00.

Considerando os fundamentos conceituais de ativo, passivo, receita e despesa, determine a configuração final do passivo exigível e da situação líquida da entidade, analisando o impacto dessas transações sobre a equação patrimonial.

(100 pontos)

FOLHA RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30